

ou contratação pelo órgão gerenciador.  
§ 6º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.  
§ 7º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.  
§ 8º É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo.

CAPÍTULO IX  
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 22.** A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto neste Decreto e automatizar procedimentos de controle e atribuições dos órgãos gerenciadores e participantes.

**Art. 23.** As atas de registro de preços vigentes, decorrentes de certames realizados, poderão ser utilizadas pelos órgãos gerenciadores e participantes, até o término de sua vigência.

**Art. 24.** A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo poderá editar normas complementares a este Decreto.

**Art. 25.** O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 26.** Revogam-se as disposições em contrário.

Monte Carmelo - MG, 02 de janeiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira  
**Prefeito Municipal**

Osmildo Moura  
**Secretário Municipal de Governo e Gestão**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PERÍODO CONTRATUAL.** Processo Licitatório nº 0027327/2013 / Pregão Presencial nº 03/2013. Objeto: Prestação de serviços de manutenção dos canais de televisão. Valor global: R\$ 20.940,00. Prefeitura Municipal de Monte Carmelo X JOÃO VANDERLEI ZANETTI. Vigência da Prorrogação Contratual: 01/01/2014 a 31/12/2014. CPL- 27/12/2013.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PERÍODO CONTRATUAL.** Processo Licitatório nº 0027329/2013 / Pregão Presencial nº 05/2013. Objeto: Prestação de serviços de transporte de pacientes para tratamento em cidades da região. Valor global: R\$ 109.440,00. Prefeitura Municipal de Monte Carmelo X TRANSPORTADORA ML DE MONTE CARMELO LTDA. Vigência da Prorrogação Contratual: 01/01/2014 a 31/12/2014. CPL- 27/12/2013.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PERÍODO CONTRATUAL.** Processo Licitatório nº 0027452/2013 / Pregão Presencial nº 20/2013. Objeto: Prestação de serviços de engenharia civil. Valor global: R\$ 66.000,00. Prefeitura Municipal de Monte Carmelo X PIERRE BRASIL ISAAC. Vigência da Prorrogação Contratual: 01/01/2014 a 31/12/2014. CPL- 27/12/2013.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PERÍODO CONTRATUAL.** Processo Licitatório nº 0027573/2013 / Pregão Presencial nº 35/2013. Objeto: Prestação de serviços de eletrocardiograma, tele holter 24 hs e tele mapa 24hs. Valor global: R\$ 91.577,40. Prefeitura Municipal de Monte Carmelo X ITMS SO BRASIL S/C LTDA. Vigência da Prorrogação Contratual: 01/01/2014 a 31/12/2014. CPL- 27/12/2013.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PERÍODO CONTRATUAL.** Processo Licitatório nº 0027631/2013 / Pregão Presencial nº 36/2013. Objeto: Locação, instalação, cessão e licenciamento de sistema informatizado. Valor global: R\$ 384.000,00. Prefeitura Municipal de Monte Carmelo X GOVERNA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA. Vigência da Prorrogação Contratual: 01/01/2014 a 31/12/2014. CPL- 20/12/2013.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PERÍODO CONTRATUAL.** Processo Licitatório nº 0021755/2011 / Pregão

Presencial nº 26/2013. Objeto: Prestação de serviços de monitoramento nas centrais de alarme. Valor global: R\$ 14.145,00. Prefeitura Municipal de Monte Carmelo X ANILTON JOSÉ MOREIRA - ME. Vigência da Prorrogação Contratual: 01/01/2014 a 31/03/2014. CPL- 27/12/2013.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PERÍODO CONTRATUAL.** Processo Licitatório nº 000101/2013 / Pregão Presencial nº 66/2013. Objeto: Cessão de direito de uso e gerenciador eletrônico de documentos. Valor global: R\$ 66.000,00. Prefeitura Municipal de Monte Carmelo X GOVERNA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA. Vigência da Prorrogação Contratual: 01/01/2014 a 31/12/2014. CPL- 20/12/2013.

**EXTRATO de:**

Termo Aditivo: Prefeitura Municipal de Monte Carmelo com a empresa Associação de Deficientes de Monte Carmelo - ADEMC. Pregão nº 10/2013. Aditivo com finalidade de Acréscimo no valor global do contrato de R\$ 3.169,23; conforme adequação do projeto devido a adesão ao Programa Mais Educação; totalizando um montante de R\$ 47.448,40 - de conformidade do Art.; 61 da Lei 8.666/93 – datado de 03/12/2013. Rodrigo Consentino de Aguiar – Presidente da CPL.

**EXTRATO de:**

Termo Aditivo: Prefeitura Municipal de Monte Carmelo com a empresa Wilson Goulart de Lima - ME. Pregão nº 10/2013. Aditivo com finalidade de Acréscimo no valor global do contrato de R\$ 4.284,00; conforme adequação do projeto devido a adesão ao Programa Mais Educação, totalizando um montante de R\$ 63.533,58 - de conformidade do Art.; 61 da Lei 8.666/93 – datado de 03/12/2013. Rodrigo Consentino de Aguiar – Presidente da CPL.

**EXTRATO de:**

Termo Aditivo: Prefeitura Municipal de Monte Carmelo com Rafael Naves - ME. Pregão nº 10/2013. Aditivo com finalidade de Acréscimo no valor global do contrato de R\$ 5.155,14; conforme adequação do projeto devido a adesão ao Programa Mais Educação, totalizando um montante de R\$ 122.187,66 - de conformidade do Art.; 61 da Lei 8.666/93 – datado de 03/12/2013. Rodrigo Consentino de Aguiar – Presidente da CPL.

**EXTRATO de:**

Termo Aditivo: Prefeitura Municipal de Monte Carmelo com a empresa Posto Uai Ltda. Pregão nº 09/2013. Aditivo com finalidade de Reajuste no valor Unitário do óleo diesel de R\$ 2,58 para R\$ 2,60 - de conformidade do Art.; 61 da Lei 8.666/93 – datado de 16/12/2013. Ricardo Martins Alves – Suplente da CPL.

**EXTRATO de:**

Termo Aditivo: Prefeitura Municipal de Monte Carmelo com a empresa Posto Carmelitano Ltda. Pregão nº 09/2013. Aditivo com finalidade de Reajuste no valor Unitário do óleo diesel S10 de R\$ 2,779 para R\$ 2,899 - de conformidade do Art.; 61 da Lei 8.666/93 – datado de 16/12/2013. Ricardo Martins Alves – Suplente da CPL.

**EXPEDIENTE**

**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: PATRÍCIA MATIAS DIOGO

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

IMPRESSÃO: PREFEITURA MUNICIPAL MONTE CARMELO (34)3842-5880

# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

**Órgão Oficial do Município**

**Dia 02 de Janeiro de 2014  
Lei nº 661 de 09 de abril de 2007**

**Ano VIII**

**Nº 669**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5274, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.**

*Faz exoneração que especifica.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Exonerar a pedido ADENILZA CARDOSO DE OLIVEIRA, matrícula 438986, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/01/2014.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira  
**Prefeito Municipal**

Osmildo Moura  
**Secretário Municipal de Governo e Gestão**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5275, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.**

*Faz nomeação que especifica.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Nomear ALESSANDRA FALEIROS RESENDE, matrícula 26050, para o cargo de ASSESSOR GERAL DE PROGRAMAS, para compor o quadro de provimento comissionado, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/01/2014.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira  
**Prefeito Municipal**

Osmildo Moura  
**Secretário Municipal de Governo e Gestão**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5276, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.**

*Faz exoneração que especifica.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Exonerar a pedido FLAUZER FRANCO SOUZA, matrícula 439613, ocupante do cargo de MÉDICO(A) DE SAÚDE PÚBLICA, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 31/12/2013.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira  
**Prefeito Municipal**

Osmildo Moura  
**Secretário Municipal de Governo e Gestão**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5277, 02 DE JANEIRO DE 2014.**

*Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares que especifica.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Conceder a LIVIO FRANCISCO DOS SANTOS SILVA, matrícula 9393, cargo de ADVOGADO, lotado(a) no(a) PROCURADORIA DO MUNICÍPIO, Licença para Tratar de Interesses Particulares, pelo período de 02 (dois) meses, de 01/01/2014 até 28/02/2014, de acordo com o Art. 147, § 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 08 de 09 de dezembro de 2005.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/01/2014.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira  
**Prefeito Municipal**

Osmildo Moura  
**Secretário Municipal de Governo e Gestão**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5278, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.**

*Faz contratação que especifica.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:







**Art. 1º** - Contratar ROGER DIEGO CLEMENTINO, matrícula 439721, para o cargo de VIGILANTE, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme o disposto na Lei nº 342, de 09 de agosto de 2001, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/01/2014.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.



Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.
<div>Fausto Reis Nogueira <i>Prefeito Municipal</i></div>
<div>Osmildo Moura <i>Secretário Municipal de Governo e Gestão</i></div>
<div><div><div><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO</b> ESTADO DE MINAS GERAIS</div><div><b>PORTARIA Nº 5279, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.</b></div></div><div></div></div>
<i>Confirma estabilidade do(a) servidor(a) que menciona.</i>
O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e tendo em vista o disposto no artigo 30 da Lei Complementar nº 08 de 09/12/2005, c/c o Decreto 35 de 31 de maio de 2005,
RESOLVE:
<b>Art. 1º</b> - Considerando o parecer conclusivo da comissão avaliadora, confirmar a ESTABILIDADE do(a) servidor(a) AMANDA DIAS DUTRA, matrícula 438893, ocupante do cargo de PSICÓLOGO(A), lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
<b>Art. 2º</b> - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10 de janeiro de 2014.
Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.
Monte Carmelo, 02 de janeiro de 2014.
<div>Fausto Reis Nogueira <i>Prefeito Municipal</i></div>
<div>Osmildo Moura <i>Secretário Municipal de Governo e Gestão</i></div>
<div><div><div><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO</b> ESTADO DE MINAS GERAIS</div><div><b>PORTARIA Nº 5280, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.</b></div></div><div></div></div>
<i>Faz nomeação que especifica.</i>
O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
<b>Art. 1º</b> - Nomear NAIARA DA SILVA DE OLIVEIRA, matrícula 439442, para o cargo de COORDENADOR(A), para compor o quadro de provimento comissionado, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.
<b>Art. 2º</b> - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/01/2014.
Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.
Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.
<div>Fausto Reis Nogueira <i>Prefeito Municipal</i></div>
<div>Osmildo Moura <i>Secretário Municipal de Governo e Gestão</i></div>
<div><div><div><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO</b> ESTADO DE MINAS GERAIS</div><div><b>PORTARIA Nº 5281, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.</b></div></div><div></div></div>
<i>Faz exoneração que especifica.</i>
O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
<b>Art. 1º</b> - Exonerar SILVIAAPARECIDARODRIGUES, matrícula 439646, ocupante do cargo de SUPERVISOR(A) ESCOLAR, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.
<b>Art. 2º</b> - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

retroagindo seus efeitos a 31/12/2013.
Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.
Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.
<div>Fausto Reis Nogueira <i>Prefeito Municipal</i></div>
<div>Osmildo Moura <i>Secretário Municipal de Governo e Gestão</i></div>
<div><div><div><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO</b> ESTADO DE MINAS GERAIS</div><div><b>PORTARIA Nº 5282, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.</b></div></div><div></div></div>
<i>Delega competência ao servidor que especifica.</i>
O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
<b>Art. 1º</b> - Delegar ao Servidor ALESSANDRA FALEIROS RESENDE, Matrícula 26050, as atribuições inerentes ao cargo de TESOUREIRO(A) da PREFEITURA.
<b>Art. 2º</b> - A presente designação não implicará em qualquer despesa extra para a Prefeitura.
<b>Art. 3º</b> - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.
Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.
<div>Fausto Reis Nogueira <i>Prefeito Municipal</i></div>
<div>Osmildo Moura <i>Secretário Municipal de Governo e Gestão</i></div>
<div><div><div><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO</b> ESTADO DE MINAS GERAIS</div><div><b>PORTARIA Nº 5283, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.</b></div></div><div></div></div>
<i>Delega competência ao servidor que especifica.</i>
O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
<b>Art. 1º</b> - Delega competência ao Servidor, DANIEL DIAS DE OLIVEIRA, Chefe de Divisão II, matrícula 439399, para responder interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL pelo período de 01 de Janeiro de 2014 a 30 de Janeiro de 2014.
<b>Art. 2º</b> - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/01/2014.
Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.
Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.
<div>Fausto Reis Nogueira <i>Prefeito Municipal</i></div>
<div>Osmildo Moura <i>Secretário Municipal de Governo e Gestão</i></div>
<div><div><div><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO</b> ESTADO DE MINAS GERAIS</div><div><b>PORTARIA Nº 5284, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.</b></div></div><div></div></div>
<i>Faz nomeação que especifica.</i>
O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:


I - será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame; II - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no quadro de avisos do Município de Monte Carmelo/MG, e, facultativamente, disponibilizado em meio eletrônico para orientação da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e III - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.
§ 1º O registro a que se refere o caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 19 e 20. § 2º Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:
I - os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e II - os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.
§ 3º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do § 2º, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.
<b>Art. 11.</b> O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.
§ 1º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. § 2º A vigência das cartas-contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993. § 3º As cartas-contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alteradas, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. § 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
<b>CAPÍTULO VI</b> <b>DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS</b>
<b>Art. 12.</b> Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto no art. 10, serão convocados para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.
<b>Parágrafo único.</b> É facultado a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
<b>Art. 13.</b> A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.
<b>Parágrafo único.</b> A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
<b>Art. 14.</b> A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pela Prefeitura Municipal de Monte Carmelo por intermédio de carta-contrato, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme dispõe o § 2º e <i>caput</i> do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.
<b>Parágrafo único.</b> A Carta-Contrato observará no que couber, o disposto no artigo 55 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
<b>Art. 15.</b> A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
<b>CAPÍTULO VII</b> <b>DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS</b>
<b>Art. 16.</b> Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que

eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
<b>Art. 17.</b> Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.  § 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. § 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
<b>Art. 18.</b> Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:  I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
<b>Parágrafo único.</b> Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
<b>Art. 19.</b> O registro do fornecedor será cancelado quando:  I - descumprir as condições da ata de registro de preços; II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, sem justificativa aceitável; III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
<b>Parágrafo único.</b> O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
<b>Art. 20.</b> O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor.
<b>CAPÍTULO VIII</b> <b>DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES</b>
<b>Art. 21.</b> Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão. § 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. § 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. § 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem. § 5º O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



convocatório e propostas apresentadas;  
III - órgão gerenciador – secretaria ou departamento ou órgão, responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;  
IV - órgão participante – as demais secretarias, departamentos e ou órgãos participantes; e  
V - órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

**Art. 3º** O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um setor, secretaria ou departamento; ou
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Prefeitura Municipal de Monte Carmelo.

### CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

**Art. 4º** Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- I - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
- II - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
- III - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;
- IV - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;
- V - gerenciar a ata de registro de preços;
- VI - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- VII - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- VIII - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.
- IX - realizar o procedimento licitatório;

### CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

**Art. 5º** O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

- I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;
- II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e
- III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

**Parágrafo único.** Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

### CAPÍTULO IV

### DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

**Art. 6º** A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

- § 1º O julgamento por técnica e preço poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.
- § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.
- § 3º A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na realização do certame, sendo assim a escolha pela modalidade de Pregão Eletrônico, nos termos da legislação vigente.

**Art. 7º** O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

- § 1º No caso de serviços, a divisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.
- § 2º Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

**Art. 8º** O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis Federais nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

- I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;
- III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 21, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;
- IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;
- V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;
- VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 11;
- VII - órgãos e entidades participantes do registro de preço;
- VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;
- IX - penalidades por descumprimento das condições;
- X - minuta da ata de registro de preços como anexo; e
- XI - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

- § 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.
- § 2º Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.
- § 3º A estimativa a que se refere o inciso III do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

**Art. 9º** Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

**Parágrafo único.** A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

### CAPÍTULO V DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

**Art. 10.** Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

**Art. 1º** - Nomear IDALINA MARIA AUXILIADORA MENDES VELOSO, matrícula 438968, para o cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA, para compor o quadro de provimento comissionado, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/01/2014.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5285, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.**

*Faz exoneração que especifica.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Exonerar SÔNIA MENDES BORGES, matrícula 19828, ocupante do cargo de ASSESSOR(A) EDUCACIONAL, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5286, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.**

*Delega competência ao servidor que especifica.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Delega competência ao servidor VILSON VIEIRA BORGES, Assessor Geral de Programas, Matrícula 439417, para responder inteiramente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE pelo período de 01 de janeiro a 30 de Janeiro de 2014.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/01/2014.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5287, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.**

*Faz exoneração que especifica.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Exonerar a pedido ANA LUIZA SOUZAALCANTARA, matrícula 439617, ocupante do cargo de MÉDICO(A) DE SAÚDE PÚBLICA, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 31/12/2013.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5288, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.**

*Faz contratação que especifica.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Contratar JOSÉ ANTÔNIO SERRA CARNEIRO, matrícula 439421, para o cargo de MÉDICO(A) SAÚDE BÁSICA, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme o disposto na Lei nº 342, de 09 de agosto de 2001, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, pelo período de 01/12/2013 a 31/12/2014.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/12/2013.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5289, 02 DE JANEIRO DE 2014.**

*Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares que especifica.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,


RESOLVE:

**Art. 1º** - Conceder a JOÃO BATISTA CHAVES FILHO, matrícula 14311, cargo de DENTISTA, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Licença para Tratar de Interesses Particulares, pelo período de 01/01/2014 até 30/12/2016, de acordo com o Art. 147, § 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 08 de 09 de dezembro de 2005.


**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/01/2014.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5290, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.**

*Faz exoneração que especifica.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,





**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5290, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.**

*Faz contratação que especifica.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - CONTRATAR OS SERVIDORES RELACIONADOS NO ANEXO I, conforme o disposto na Lei 342/2001, de 09 de agosto de 2001, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, pelo período de 01/01/2014 a 31/12/2014.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/01/2013.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira  
*Prefeito Municipal*

Osmildo Moura  
*Secretário Municipal de Governo e Gestão*

**ANEXO 01**

MATRICULA	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	INICIO	TÉRMINO
439288	AGDA APARECIDA GONÇALVES SOUTO	GARI	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
439364	AIAME APARECIDA BARBOSA DA SILVA	CUIDADOR RES. TER. FEM.	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439125	ANDRESSA ROBERTA DE LIMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	FAZENDA	01/01/2014	31/12/2014
439690	ANIELLE MORUM SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AÇÃO SOCIAL	01/01/2014	31/12/2014
439615	ARISTEU LOPES BARBOSA	MEDICO SAUDE PUBLICA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439623	ARISTEU LOPES BARBOSA	MEDICO PLANTONISTA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439640	BRENO HUMBERTO DE A. OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439441	BRICIA NAVES BORGES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	FAZENDA	01/01/2014	31/12/2014
439638	CARLOS HENRIQUE FERNANDES R. ALVES	MEDICO PLANTONISTA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439635	CAROLINA TEODORO PRATA	PSICOLOGO	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
438872	CLARICE MARIA DE ASSIS	GARI	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
439657	CONSUELO CRISTINA MELO	TECNICO DE ENFERMAGEM	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439276	DAVI ANTONIO RIOS	AUX. DE LIMPEZA URBANA	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
439697	DAYENE MARTINS CARVALHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
438866	DORALICE ANTONIA B. MENDONÇA	GARI	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
438897	EDIMEIRE DO CARMO DE OLIVEIRA DAVI	ASSISTENTE SOCIAL	AÇÃO SOCIAL	01/01/2014	31/12/2014
439658	EDSON SILVA FILHO	MEDICO PLANTONISTA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439645	EDUARDO FABRICIO SOUSA RIBEIRO	MEDICO PLANTONISTA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439521	ELAINE FERREIRA DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	AÇÃO SOCIAL	01/01/2014	31/12/2014
438778	ELIEL ANDRADE MELO	MAQUEIRO	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439494	EVANILSON CARLOS DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	FAZENDA	01/01/2014	31/12/2014
439519	EVELYN LOREN SANTOS GONZAGA	SECRETARIO ESCOLAR	EDUCAÇÃO	01/01/2014	31/12/2014
438575	FABIANA DOS SANTOS ROCHA	NUTRICIONISTA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439513	FERNANDA CRISTINA PEREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	FAZENDA	01/01/2014	31/12/2014
439622	FLAUZER FRANCO SOUZA	MEDICO PLANTONISTA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439642	FLAVIA DE FATIMA TAVARES RIBEIRO	TECNICO DE ENFERMAGEM	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439366	FLAVIO GONDIM FREITAS	MEDICO PLANTONISTA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439604	FRANCISCA CARDOSO DUTRA	GERAIS	EDUCAÇÃO	01/01/2014	31/12/2014
439263	FREDERICK FERNANDES ROD. ALVES	MEDICO PLANTONISTA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439010	GLAUCIA MARIA DO NASCIMENTO	GARI	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
439561	GLEICE PEREIRA SILVA	PSICOLOGO	AÇÃO SOCIAL	01/01/2014	31/12/2014
438932	HELENA CUSTODIA DE OLIVEIRA	GARI	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
439634	HENRY DIEGO BRAGA	FISIOTERAPEUTA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439529	MERCULANO RIBEIRO NETO	MEDICO PLANTONISTA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
438874	IDELUCE RIBEIRO DA SILVA	GARI	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
439688	ISMENIA DINIZ MENDES	MEDICO SAUDE BASICA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439465	ISMENIA DINIZ MENDES	MEDICO SAUDE BASICA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439533	JALES SEVERINO DE OLIVEIRA	OPERADOR DE MAQUINAS	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
439421	JOSE ANTONIO SERRA CARNEIRO	MEDICO SAUDE PUBLICA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439551	JOSE AUGUSTO FERREIRA	LIXEIRO	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
439601	JOSE ROMUALDO ROSA	MAQUEIRO	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439427	JULIANA MARA SILVA	MEDICO SAUDE PUBLICA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439426	JULIANA MARA SILVA	MEDICO PLANTONISTA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439554	JULIANY FARIA LUCAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439164	LEILA NUNES	CUIDADOR RES. TER. FEM.	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439507	LEONARDO DA SILVA GOMES	FARMACEUTICO	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439511	LESSANDRA APARECIDA RODRIGUES	SECRETARIO ESCOLAR	EDUCAÇÃO	01/01/2014	31/12/2014
439493	LILIANE RODRIGUES VAZ	INSPETOR ESCOLAR	EDUCAÇÃO	01/01/2014	31/12/2014
439522	LUCIENE ALVES SOARES RODRIGUES	ASSISTENTE SOCIAL	AÇÃO SOCIAL	01/01/2014	31/12/2014
439553	LUIZ CARLOS DA SILVA	VIGILANTE	AÇÃO SOCIAL	01/01/2014	31/12/2014
439440	LUNA STELLA COELHO CARDOSO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	FAZENDA	01/01/2014	31/12/2014
439321	MAHOEL DA COSTA GONDIM NETO	MEDICO SAUDE PUBLICA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
438868	MARGARIDA CASSIANO SOARES	GARI	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
439491	MARIA CRISTINA DE ASSIS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AÇÃO SOCIAL	01/01/2014	31/12/2014
438871	MARIA DE FATIMA OLIVEIRA	GARI	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
439264	MARIA EMILIA CARDOSO	MEDICO PLANTONISTA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
438873	MARIA HELENA RODRIGUES	GARI	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
439534	MARIA IMACULADA ANTUNES PIRES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	EDUCAÇÃO	01/01/2014	31/12/2014
438933	MARIA NIVALDA DA SILVA FELIPE	GARI	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
439521	MARIANA MENEZES RIOS	MEDICO PLANTONISTA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439514	MARLU SIQUEIRA DE OLIVEIRA	MEDICO SAUDE PUBLICA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439552	MARTA SILVEIRA FARIAS DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439551	MAYARA MARIA MOTA	TECNICO DE ENFERMAGEM	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439347	NILZA FERREIRA BERNARDES	TECNICO DE ENFERMAGEM	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439335	PAMELA STEFANY BUENO DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	GOVERNO E GESTÃO	01/01/2014	31/12/2014
439448	PATRICIA FERNANDES T. CAETANO	TECNICO DE ENFERMAGEM	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439544	PATRICIA PEREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AÇÃO SOCIAL	01/01/2014	31/12/2014
439291	PAULO HENRIQUE ROSA SOARES	MAQUEIRO	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439396	POLIANA RAMOS LEITE	FARMACEUTICO	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439504	QUELEN VILELA SOARES	ASSISTENTE SOCIAL	AÇÃO SOCIAL	01/01/2014	31/12/2014

439554	RICARDO VALENTIN CASCAO ARAUJO	MEDICO SAUDE PUBLICA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439275	ROBERTO DAVI RAMOS	AUX. DE LIMPEZA URBANA	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
439537	ROSELI SOARES DE OLIVEIRA	CUIDADOR RES. TER. FEM.	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
438980	ROZANIA ROSA DE OLIVEIRA	GARI	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
438925	SIRLEY MARIA RODRIGUES PEREIRA	CUIDADOR RES. TER. FEM.	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
438981	SIRLEY CRISTINA SOARES BARBOSA	GARI	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
439545	SIVALDO ALMEIDA DA COSTA	LIXEIRO	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
438869	SUELI LUIZA DE JESUS	GARI	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
439535	SUELGIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	GOVERNO E GESTÃO	01/01/2014	31/12/2014
438444	TATIANE ALVES DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	FAZENDA	01/01/2014	31/12/2014
439499	VALERIA CRISTINA DE OLIVEIRA	ASSISTENTE SOCIAL	AÇÃO SOCIAL	01/01/2014	31/12/2014
438999	VILMA MARTINS DE ARAUJO LOPES	GARI	OBRAS	01/01/2014	31/12/2014
439484	WELLINGTON ELI DA SILVA	PSICOLOGO	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439314	WILLIAN ANTONIO QUIRINO	MEDICO PLANTONISTA	SAUDE	01/01/2014	31/12/2014
439537	ZELIA ALVES DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	AÇÃO SOCIAL	01/01/2014	31/12/2014



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5291, DE 02 DE JANEIRO 2014.**

*“Concede pensão que especifica”.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Fica concedida a pensão a Sra. DIVANIA DE FÁTIMA CÂNDIDA DE SOUZA, Matrícula 439709, viúva do ex-servidor aposentado, Sr. Nilson dos Santos, matrícula 11657, aposentado no cargo de MOTORISTA, de acordo com o decreto nº 1038/96 de 13 de Dezembro de 1996, pelos cofres do município de Monte Carmelo/MG, falecido em 19 de Dezembro de 2013, deixando o direito de pensão em conformidade com o disposto na Lei 94 de 06/03/1998, no percentual de 100%(cem por cento) dos proventos de aposentadoria, do Sr. Nilson dos Santos.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 20/12/2013.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 02 de Janeiro 2014.

Fausto Reis Nogueira  
*Prefeito Municipal*

Osmildo Moura  
*Secretário Municipal de Governo e Gestão*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5292, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.**

*Dá posse que especifica.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Empossar JULIANA MARIA HENRIQUE FERREIRA, matrícula 439643, aprovado (a) em concurso público, conforme Edital 001/2009, para o cargo de provimento permanente de ENFERMEIRO DE SAÚDE PÚBLICA, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para compor o quadro permanente.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 07/10/2013.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 02 de Janeiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira  
*Prefeito Municipal*

Osmildo Moura  
*Secretário Municipal de Governo e Gestão*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5293 DE 02 DE JANEIRO DE 2014.**

*Faz delegação de funções que especifica.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Delegar ao servidor municipal CARLOS DOS REIS DE OLIVEIRA, Matrícula 40393, as seguintes funções: fazer cumprir a legislação municipal relativa a edificações, parcelamento, uso e ocupação do solo e demais disposições da legislação urbanística; colaborar na coleta de dados e informações necessárias ao Cadastroamento Técnico Municipal; desempenhar outras tarefas concernentes à fiscalização de obras; sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento da legislação municipal; executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas; proceder à medida e conferência de edificações e terrenos para verificação da área; levantar dados com vistas à classificação cadastral das edificações; proceder ao cadastramento sistemático dos imóveis no município; cadastrar os produtores, comerciantes eventuais e permanentes, profissionais liberais e autônomos prestadores de serviço de qualquer natureza; organizar e atualizar arquivo de cadastro; colaborar na confecção de relatórios; executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas; autuações quanto às irregularidades.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 02 de janeiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira  
*Prefeito Municipal*

Osmildo Moura  
*Secretário Municipal de Governo e Gestão*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5294 DE 02 DE JANEIRO DE 2014.**

*Faz delegação de funções que especifica.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Delegar ao servidor municipal DANIEL ISAIAS ALVES, Matrícula 439323, as seguintes funções: fazer cumprir a legislação municipal relativa a edificações, parcelamento, uso e ocupação do solo e demais disposições da legislação urbanística; colaborar na coleta de dados e informações necessárias ao Cadastroamento Técnico Municipal; desempenhar outras tarefas concernentes à fiscalização de obras; sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento da legislação municipal; executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas; proceder à medida e conferência de edificações e terrenos para verificação da área; levantar dados com vistas à classificação cadastral das edificações; proceder ao cadastramento sistemático dos imóveis no município; cadastrar os produtores, comerciantes eventuais e permanentes, profissionais liberais e autônomos prestadores de serviço de qualquer natureza; organizar e atualizar arquivo de cadastro; colaborar na confecção de relatórios; executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas; autuações quanto às irregularidades.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 02 de janeiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira  
*Prefeito Municipal*

Osmildo Moura  
*Secretário Municipal de Governo e Gestão*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 5295 DE 02 DE JANEIRO DE 2014.**

*Faz delegação de funções que especifica.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Delegar ao servidor municipal DENNER CANDIDO LIMA, Matrícula 438944, as seguintes funções: fazer cumprir a legislação municipal relativa a edificações, parcelamento, uso e ocupação do solo e demais disposições da legislação urbanística; colaborar na coleta de dados e informações necessárias ao Cadastroamento Técnico Municipal; desempenhar outras tarefas concernentes à fiscalização de obras; sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento da legislação municipal; executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas; proceder à medida e conferência de edificações e terrenos para verificação da área; levantar dados com vistas à classificação cadastral das edificações; proceder ao cadastramento sistemático dos imóveis no município; cadastrar os produtores, comerciantes eventuais e permanentes, profissionais liberais e autônomos prestadores de serviço de qualquer natureza; organizar e atualizar arquivo de cadastro; colaborar na confecção de relatórios; executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas; autuações quanto às irregularidades.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 02 de janeiro de 2014.

Fausto Reis Nogueira  
*Prefeito Municipal*

Osmildo Moura  
*Secretário Municipal de Governo e Gestão*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**DECRETO Nº 1251 DE 02 DE JANEIRO DE 2014**

*“Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.”*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;  
CONSIDERANDO, mais, a necessidade de promover a transparência fiscal, o interesse público, a racionalização e a agilidade dos processos administrativos para a aquisição de bens e serviços comuns pela Prefeitura Municipal de Monte Carmelo;  
CONSIDERANDO, outrossim, a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução do déficit público;  
CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de uniformização normativa, tendo em vista, o advento do Decreto Federal nº **7.892, de 23 de janeiro de 2013, que dá nova** regulamentação ao art. 15 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, obedecerão ao disposto neste Decreto.

**Art. 2º** Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes a definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;  
II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento